

gm
9/8/97 H-3
15

OPINIÃO

Dresdner Bank Lateinamerika

1.600 ENDEREÇOS
NO MUNDO

Energia: bancando o insustentável?

Washington Novaes *



Quando participou, em junho deste ano, da sessão especial da Assembléia das Nações Unidas, o presidente da República assinou, com os chefes de Estado da Alemanha, de Cingapura e da África do Sul, a "Iniciativa Global sobre Desenvolvimento Sustentável", que consistiu em contribuição de estadistas de quatro continentes em favor de "um futuro visível para a população mundial nascente". Embora a maioria da comunicação brasileira quase não tenha dado importância ao documento, tratava-se de iniciativa relevante e bem fundamentada, que começava por afirmar que "padrões insustentáveis de consumo continuam a ser a principal causa da degradação ambiental em todo o mundo" e que é necessária uma "estratégia conjunta para a produção eficiente e o uso racional de energia e para a introdução generalizada de fontes renováveis de energia, incluindo energia solar e da biomassa. A década de 2000 a 2010 deve ser proclamada "Década para a Produção e o Uso Sustentável de Energia".

As conclusões sobre o Proálcool, se já existem, continuam confinadas nos escaninhos oficiais

Saudáveis propósitos, sem nenhuma dúvida. Tal como a decisão, também anunciada naqueles dias, de retomar no Brasil os estudos sobre a viabilidade de gerar combustíveis a partir da biomassa renovável. Mas quem acompanha o noticiário desde então, a respeito das questões energéticas, não tem como deixar de concluir que das palavras à prática vai ainda considerável distância. As conclusões sobre o Proálcool, se já

existem, continuam confinadas no segredo dos escaninhos oficiais. E, embora o ministro Raimundo Brito assegure (Gazeta Mercantil, 3/7/97) que a falta de energia neste ano "está descartada", a maioria das notícias geradas em órgãos governamentais dá conta dos temores de que se chegue a novos blecautes, por excesso de demanda — tanto assim que se proclama aos quatro ventos a necessidade de tocar a todo o vapor o processo de privatizações e de concessões para novas hidrelétricas, de modo a contornar a ameaça.

É certo que se ouvem, aqui e ali, tímidas iniciativas no sentido de reduzir o consumo, como a oferta de bônus para empresas que economizam

energia no horário de pico, maior rigor tarifário para quem ultrapassar as quotas contratadas para esse horário, um programa de conservação de energia na

Esplanada dos Ministérios, em Brasília, um possível estímulo à co-geração de energia, com o aumento das tarifas de compra, um projeto-piloto do Procel para instalar controladores de demanda em residências (a fim de reduzir o consumo no horário de pico) e financiamentos a municípios para a troca de lâmpadas a vapor de mercúrio por outras a vapor de sódio, mais eficientes. Mas também é certo que, segundo o mesmo Procel, continuamos a desperdiçar o equivalente ao consumo de todo o Estado do Rio de Janeiro, cerca de R\$ 2,5 bilhões em energia por ano (Gazeta Mercantil, 22 de junho de 1997). E que esse mesmo programa só planeja econo-

mizar, até o ano 2015, apenas 0,25% anuais do consumo, para em vinte anos economizar 5% do consumo atual.

Enquanto isso, por surpreendente que pareça, vem do ex-ministro Delfim Netto uma proposta ousada e instigante. Envolvido numa polêmica com os teóricos do BNDES a respeito das possibilidades de crescimento do País, e respondendo à objeção de que não é possível crescer mais que os atuais 3 ou 4% ao ano, por falta de capacidade instalada na indústria e de disponibilidade de energia, Delfim, em artigo publicado há poucas semanas, perguntou: e o que impede criar um turno de trabalho das 22 às 6 horas, por exemplo? Não haveria "restrição alguma de energia", nem seriam necessários novos equipamentos.

Nesse ponto, muda o patamar da discussão, porque hoje todo o raciocínio em torno da questão energética parte do princípio de que é preciso aumentar a potência instalada, já que esta precisaria atender ao horário de maior demanda, o chamado horário de pico, das 18 às 21 horas, quando se soma o auge da demanda industrial e da iluminação pública ao ponto máximo de consumo doméstico (com iluminação interna, TV, outros eletrodomésticos e, principalmente, chuveiros elétricos). E a nossa potência instalada tem pouca folga em relação à demanda do horário de maior consumo — por isso mesmo, ano após ano anuncia-se a iminência de um dé-

ficit que nunca acontece (ora porque "choveu muito e os reservatórios estão cheios", ora porque "o crescimento econômico foi pequeno", etc.).

Com a proposta do ex-ministro Delfim Netto, alteram-se os parâmetros da discussão — para melhor, um nível de maior racionalidade. Se os chefes de Estado, inclusive o brasileiro, que assinaram a proposta de Nova York, têm razão, os atuais padrões de consumo e produção são insustentáveis. E é necessária uma estratégia conjunta para "a produção eficiente e o uso racional de energia". Portanto, uma redistribuição de horários de atividades humanas pode fazer muito sentido — para economizar energia, poupar recursos em novas instalações e equipamentos, ampliar empregos, etc. Em algum momento, vai-se caminhar para isso. Aqui e fora.

Mas não é só isso que preocupa. Em artigo recente (14/8), aqui na Gazeta Mercantil, o ex-ministro José Goldemberg manifestou sua preocupação com o "processo sem regras da privatização, antes que sejam instalados os órgãos reguladores". Como dar racionalidade ao sistema se para cada empreendedor não for prioridade — e obrigação — "zelar pelo meio ambiente e por uma exploração racional de recursos naturais"? Como disse o ex-ministro, "o processo está sendo conduzido sem regras gerais". E o modelo em preparo no Ministério de

Minas e Energia "só ficará pronto daqui a vários anos, quando quase todas as empresas já estarão privatizadas". Mais ainda, nos processos de privatização conduzidos até aqui, a aplicação máxima exigida em recursos nos programas de conservação de energia foi de 1% do total...

Não é tudo, ainda. Em outro artigo recente (Folha de S. Paulo, 2/8/97), o engenheiro elétrico Joaquim Francisco de Carvalho, ex-coordenador do setor industrial do Ministério do Planejamento em três governos (Castello Branco, Costa e Silva e Médici), faz severíssimas críticas ao programa de privatização, que, a seu ver, poderá nem aumentar a geração nem criar empregos, além de contribuir para o déficit de transações correntes e, possivelmente, para a formação de cartéis.

Sua proposta é de um modelo participativo de planejamento energético integrado ao planejamento industrial, para incentivar investimentos privados em setores ambientalmente limpos, com alto valor de produção e criação de empregos.

Um exemplo por ele apontado da possibilidade de economia de eletricidade com vantagens ambientais seria o setor de alumínio, onde se produz atualmente 1,19 milhão de toneladas anuais, para um consumo interno de apenas 315 mil toneladas (26%). O restante é exportado, mas com subsídios de "centenas de milhões de dólares por ano" (de fato, a Eletronorte, como este jornal noticiou há poucas semanas, está tentando cobrar do

Tesouro Nacional o "mico" dos subsídios a essa indústria eletrointensiva, algumas centenas de milhões de reais por ano).

Joaquim Francisco de Carvalho lembrou, em defesa de sua proposta, o exemplo do Japão, que até há alguns anos produzia 1,1 milhão de toneladas anuais de alumínio, mas decidiu reduzir para apenas 41 mil toneladas anuais e importar o restante, inclusive do Brasil — por causa do custo ambiental e econômico (a energia representa quase metade do custo industrial desse produto).

O Brasil está tomando o caminho inverso. Basta lembrar que o drama ambiental da usina de Serra da Mesa, já comentado neste espaço, só

O Japão, que já produziu 1,1 milhão de toneladas anuais de alumínio, reduziu-as para 41 mil, por causa do custo ambiental

está acontecendo porque é preciso, mais que energia (a produção, ali, será a de uma turbina e meia de Itaipu, apenas), acumular nesse reservatório água

suficiente para permitir a implantação de novas hidrelétricas no rio Tocantins e uma segunda casa de máquinas em Tucuruí. Principalmente para alimentar a produção de alumínio, que os países industrializados não querem mais bancar.

A isso se poderia chamar também de bancar, internamente, matrizes energéticas insustentáveis e padrões também insuportáveis de consumo (lá fora). Exatamente o oposto do que está escrito na louvável "Iniciativa Global sobre Desenvolvimento Sustentável", assinada pelo presidente da República na ONU.